

**A URBANIZAÇÃO EM ÁREAS TÍPICAMENTE RURAIS: IMPACTOS NA  
PRODUÇÃO AGRÍCOLA- O CASO DO BAIRRO LAGOA DAS FLORES EM  
VITÓRIA DA CONQUISTA – BA.**

Tais Pires da Silva\*  
Flávia Amaral Rocha \*\*  
Edvaldo Oliveira \*\*\*

**RESUMO**

Este artigo traz uma análise sobre o processo de urbanização e os impactos causados pela transformação enfatizando o papel do planejamento urbano adotado em áreas tipicamente rurais em áreas urbanas. No plano empírico traz o estudo de caso do Bairro de Lagoa das Flores, localizado em Vitória da Conquista– BA, formado por produtores que cultivam hortaliças e flores e convertido em área urbana. O trabalho se fundamentou em pesquisas de campo com a realização de entrevistas aos produtores, ao presidente da Associação de Pequenos Agricultores e levantamento de dados no IBGE. O referencial teórico baseou-se em, Carlos (2004), Ferraz (2001) entre outros. Os resultados preliminares mostram que o fato dessa comunidade ser transformada em área urbana por força da lei municipal traz dificuldades para o desenvolvimento da atividade agrícola, bem como no acesso às linhas de financiamento do PRONAF.

**Palavras chave:** Urbanização, Planejamento urbano, Rural-urbana.

**ABSTRACT**

This article presents an analysis of the process of urbanization and the impacts caused by processing emphasizing the role of urban planning adopted in rural areas typically in urban areas. At the empirical case study brings the Barrio Lagoa das Flores, located in Vitória da Conquista, Bahia, formed by producers who grow vegetables and flowers and converted into urban area. The work was based on field research interviews with the producers, the president of the Association of Small Farmers and survey data from the IBGE. The theoretical framework was based on, Carlos (2004), Ferraz (2001) among others. Preliminary results show that the fact that community be transformed into an urban area under municipal law brings difficulties for the development of agriculture, as well as access to financing facilities PRONAF.

**Keywords:** Urbanization, Urban planning, Rural-urban.

---

\*/\*\*Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. Bolsista CNPq Projeto Repensa – Brasil.

\*\*\* Professor Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Membro do Grupo de Pesquisa APLAGET/UESB CNPq.

## INTRODUÇÃO

O espaço urbano se constitui em um processo contínuo como fruto das relações sociais. O urbano tem a cidade enquanto condição material de sua reprodução, em que o solo urbano, por sua vez, deve ser compreendido como um bem de caráter social e emerge a necessidade de ordenamento e planejamento para um uso adequado do mesmo.

O Brasil experimenta a partir da década de 1940 uma volumosa expansão urbana, com essa crescente urbanização surge vários problemas oriundos da falta de planejamento. No país a descentralização administrativa instituída com a constituição representa um marco na forma de atuação do Estado. Com a elaboração da Constituição de 1988, a sociedade brasileira passou a contar com um respaldo legal importante no trato do planejamento e da gestão urbana, o capítulo da política urbana. Mesmo assim, não se garantiu a efetiva justiça social e a gestão democrática nas cidades brasileiras.

O município de Vitória da Conquista acompanha essa onda do crescimento urbano incentivado pela produção cafeeira, incentivos financeiros federais e pelo setor de serviços, sobretudo na década de 1970. O início da expansão urbana do município se deu de forma desordenada, desrespeitando os mananciais naturais da cidade, gerando graves problemas ambientais que até hoje não foram sanados. Nesse sentido foi elaborado o Plano Diretor Urbano - PDU, (primeiro PDU - lei 118/76 em 1976) para ordenar as áreas urbanas do município e direcionar sua expansão. No entanto, a implantação do PDU não satisfaz com sua proposta e vários problemas surgiram desde então, por falta de políticas públicas eficientes e um caráter democrático da ação dessa legislação, que atuou principalmente em prol do crescimento econômico da cidade.

Partindo desse contexto, a pesquisa traz uma breve análise sobre o crescimento urbano de Vitória da Conquista, e os impactos causados na transformação de áreas rurais em urbanas, tendo como estudo de caso o Bairro de Lagoa das Flores, localizado em Vitória da Conquista- BA, formado por produtores que cultivam hortaliças e flores. Nesse bairro pode-se perceber que o fato dessa comunidade ser transformada em área urbana por força da lei municipal traz dificuldades para o desenvolvimento da atividade agrícola, como as dificuldades encontradas pelos produtores para o acesso as linhas de financiamento do PRONAF.

## O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

A cidade de Vitória da Conquista está localizada no sudeste da Bahia como mostra a figura 1. No período de 1940 a 1970, tem o seu crescimento urbano acelerado através do comércio e abertura de estradas. No entanto, o que proporcionou maior crescimento para cidade foram os recursos financeiros destinados pelo governo federal. Entre esses recursos destaca-se na década de 1970, o crédito e o apoio técnico aos produtores interessados no plantio de café. Essa política dificultou o acesso a terra por parte dos pequenos produtores, o que resultou na intensificação da migração rural, que passa a ser impulsionada também pela crescente necessidade de busca por serviços que só eram oferecidos pela cidade.

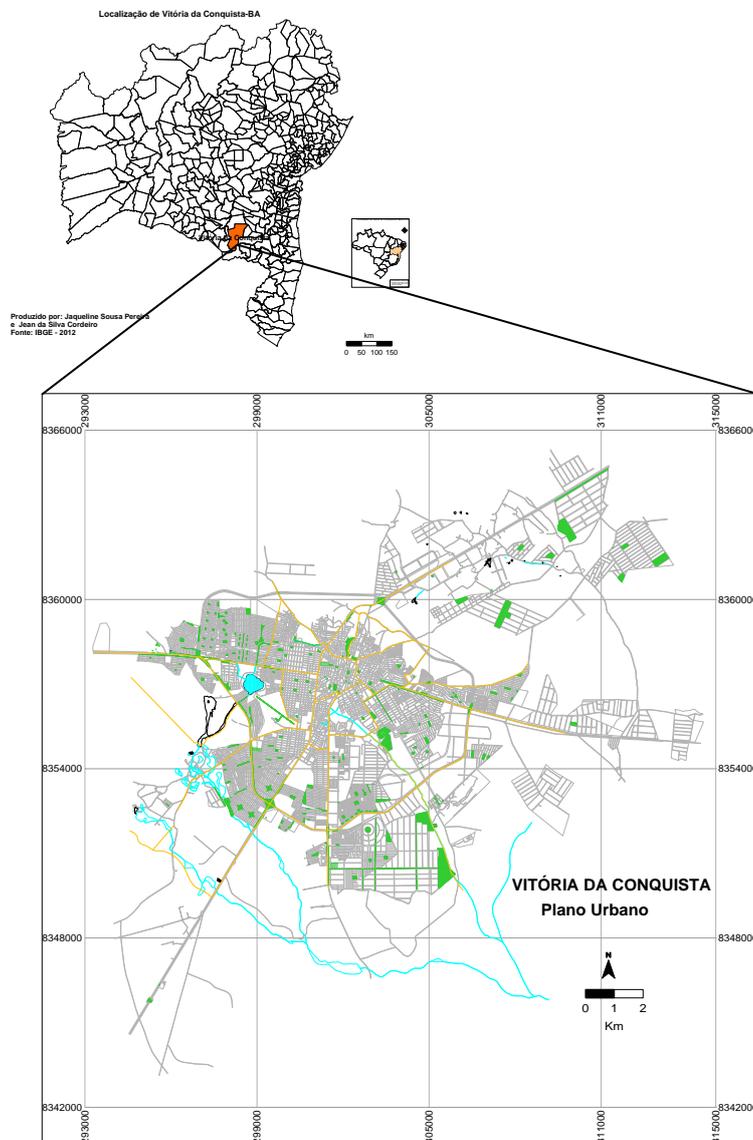


Figura 1 - Localização da cidade de Vitória da Conquista – BA  
Fonte: IBGE/ PEREIRA, J.S; COREDIRO, J. S. 2012

A partir desses fatores Vitória da Conquista passa a expandir a malha urbana e seu contingente populacional, advindo das migrações rurais e das cidades vizinhas. Assim, a implementação da cultura do café na região funciona como atrativo principalmente na época da colheita onde trabalhadores se dirigem até a região para trabalharem na colheita do café. Sobre as transformações ocorridas em consequência da introdução do plantio de café na região Silva e Pires afirmam que:

Assim nas vilas e nas cidades assentam os ex-trabalhadores rurais [posseiros, parceiros, “ocupantes”, agregados, moradores, etc.] que se transformaram ao mesmo tempo em trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais [sobretudo temporários] ocupam o mesmo espaço dos trabalhadores urbanos, enquanto que muito desses passam a trabalhar na colheita do café. (SILVA, 1887 p. 4)

Esses aspectos foram apenas o pontapé inicial para o crescimento populacional e econômico de Vitória da Conquista que a partir da década de 40 passa a ser considerada a terceira maior cidade da Bahia. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2010 o município apresentou 306.866 habitantes com densidade demográfica de 90,11 hab./Km<sup>2</sup> representando, 2,16% do PIB Baiano no ano de 2007 e ocupando a 7ª posição entre os 417 municípios baianos.

Entre os anos de 1940 e 1970 houve uma aceleração no crescimento da malha urbana de Vitória da Conquista assim como seu contingente populacional. Dentre os anos de 2000 e 2010 o número de habitantes no município continuou crescendo. De acordo com os dados do IBGE - 2010 a Bahia representa 7,34% da população brasileira nesse contexto o município de Vitória da Conquista representa 0,16% da população total do país e 2,18% da população a nível estadual.

Já no Censo Demográfico de 2000, Vitória da Conquista representava 2% da população Baiana, nesse sentido entre os anos de 2000-2010 houve um aumento de 0.18% da representatividade em relação à Bahia. Vale ressaltar que o aumento no contingente populacional de Vitória da Conquista está centrado principalmente na migração. Segundo dados do IBGE Vitória da Conquista recebeu durante o ano de 2000, 18 630 imigrantes, e durante o ano de 2010 recebeu 22 679 imigrantes, isso sem incluir os imigrantes dos municípios baianos, conforme figura 2.

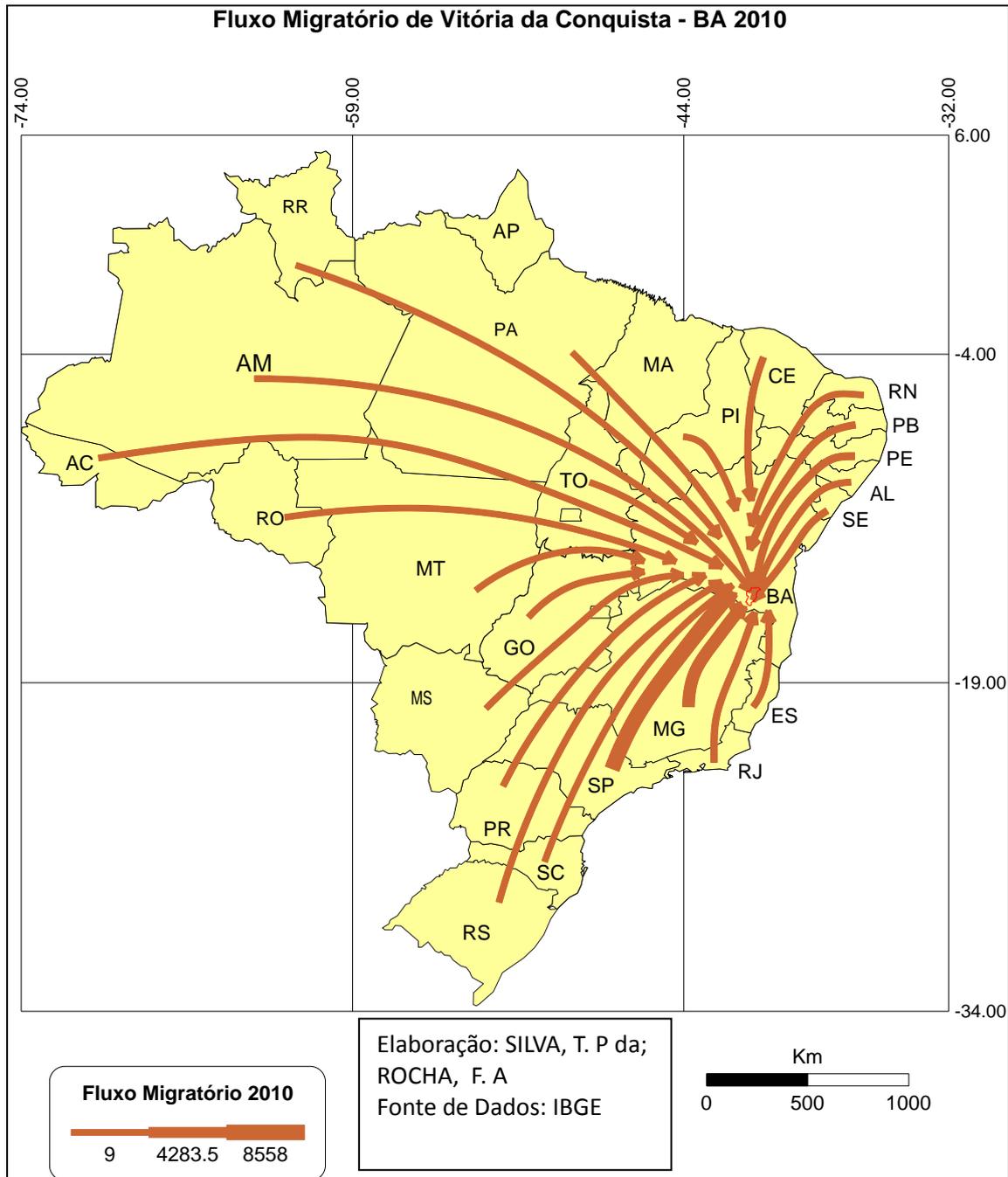


Figura 2 – Fluxo Migratório de Vitória da Conquista – BA 2010  
Fonte: IBGE/ SILVA, T.P da; ROCHA, F.A. 2013

O processo de urbanização em Vitória da Conquista se deu a partir do seu desenvolvimento econômico através de fatores como o aumento dos setores de serviços e educação. Segundo a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos - SEI, a representatividade do setor de serviços de Vitória da Conquista tem expressado grande relevância, ocupando a 5ª posição entre os municípios baianos como mostra a tabela 1.

Tabela 1- Valor Agregado dos Serviços - Os Cinco Maiores Municípios Bahia: 2007 e 2008

PIB	Serviços em (Milhões)			Participação no Estado (%)
	2007	2008(1)	2007	2008
<b>Estado</b>	<b>60.147</b>	<b>66.864</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Município</b>	<b>28.756</b>	<b>31.900</b>	<b>47,81</b>	<b>47,71</b>
Salvador	18.748	20.707	31,17	30,97
Feira de Santana	3.132	3.439	5,21	5,14
São Francisco do Conde	2.626	3.188	4,37	4,77
Camaçari	2.577	2.708	4,28	4,05
Vitória da Conquista	1.673	1.858	2,78	2,78

Fonte: SEI/IBGE

O setor de serviços está intrinsecamente relacionado com as atividades agropecuárias e industriais, isso significa dizer que quanto maior for o envolvimento com tais atividades mais dinâmico se torna o município, pois o envolvimento com tais atividades veem vinculadas com serviços auxiliares, conforme aponta a SEI:

O município de Vitória da Conquista (2,78%), com uma população bastante expressiva, a 3ª maior da Bahia, aparece no ranking pelas suas atividades comerciais, assim como pela prestação de serviços às famílias e às empresas. Um comércio forte e muito dinâmico coloca a cidade entre os cem maiores centros comerciais do país. Esse pujante comércio abrange toda a região Sudoeste do estado. Vitória da Conquista também se destaca por possuir um setor educacional privilegiado, formado por excelentes escolas além de contar com faculdades e universidades. (SEI, 2008. p.05)

Assim os serviços oferecidos no município podem ser apontados como um dos fatores de suma importância, na atração de imigrantes e conseqüentemente no processo de urbanização.

## **O CRESCENTE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO.**

O espaço urbano se produz continuamente a partir das diferentes relações incorporadas às sociedades desenvolvidas historicamente. Essa constituição social do espaço urbano e das relações que nele se abrigam está em constante evolução. As transformações do espaço urbano se concretizam através da constante luta de interesses da sociedade envolvendo o setor público, setor privado e a sociedade civil prevalecendo às modificações estabelecidas em prol do desenvolvimento econômico.

Sabe-se que o crescimento urbano está diretamente ligado com o crescimento econômico, com investimentos do setor público e privado, na instalação de equipamentos e infraestrutura bem como no dinamismo populacional. É nesse contexto de desenvolvimento econômico e crescimento populacional que a cidade de Vitória da Conquista passa a expandir sua malha urbana, transformando algumas áreas rurais do seu entorno em área urbana. Para que esse crescimento se dê de forma organizada é necessário que haja um planejamento urbano que deve servir como instrumento do comprometimento político, econômico, cultural e social, compartilhando junto com o cidadão o direito de decisão sobre seu próprio bem-estar social, levando-se em consideração a vontade da coletividade que segundo Carlos (2004), constitui a força coletiva que conduz o processo social da cidade.

Para dar conta desse processo dinâmico do crescimento urbano, passa-se a adotar o planejamento urbano, com a descentralização administrativa através de diplomas legais como o Plano Diretor Urbano- PDU e o Estatuto da Cidade (lei 10.257 de 2001). O Estatuto da Cidade tem como objetivo o planejamento e a gestão democrática que se concretiza a partir da participação popular na toma de decisões por uma cidade sustentável. Assim, ocorre uma descentralização do poder decisório, em que o poder público municipal assume a responsabilidade de fazer a gestão urbana de forma democrática.

O Plano Diretor Urbano contém diretrizes gerais, destinadas a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade, em sua legislação deve garantir o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes além da preservação e cuidado com o meio ambiente. É uma forma de planejamento das etapas de evolução da cidade em períodos de até vinte anos, no qual fica a Prefeitura obrigada a elaborar projetos e promover os meios, para a distribuição dos equipamentos urbanos básicos de atendimento à população residente. A elaboração do primeiro PDU de Vitória da Conquista remete à lei 118 de 1976, passando por adequações em 2005.

O Início da expansão urbana da cidade se deu descontroladamente avançando por áreas que deveriam ser preservadas. A elaboração do PDU vem tentar ordenar as áreas urbanas e direcionar o seu crescimento, no entanto, alguns problemas podem ser identificados quanto ao caráter pouco democrático e com falhas no ordenamento da área urbana, que legou as regiões periféricas ausência de infraestruturas e serviços públicos. Destacam-se aqui as modificações na malha urbana em 1995 com a instituição oficial dos bairros, no qual a cidade fica dividida em vinte e dois bairros. Pouco tempo depois tentando acompanhar o crescimento urbano da cidade e visando a expansão da malha urbana o Plano diretor Urbano de Vitória da Conquista de 1988 ampliou a malha urbana da cidade com inclusão de áreas rurais como a de

Lagoa das Flores, passando a ter vinte e quatro bairros além de alterar os limites dos bairros já existentes.

Ao observar essa divisão dos bairros nota-se que critérios como a predominância de produção agrícola e as características de aglomerados rurais instituídos pelo IBGE não foram considerados a exemplo dos bairros Campinhos e Jatobá que, desde o período em que eram fazendas, adotavam como base econômica predominantemente a produção de farinha de mandioca, com costumes e tradições típicos da ruralidade. O adensamento urbano nessas áreas descaracterizara essa cultura, bem como o aumento do contingente populacional aumenta a demanda por postos de emprego, buscados principalmente no centro comercial da cidade.

Uma crítica negativa se levanta quanto ao caráter desenvolvimentista imposto pela gestão municipal no PDU, apresentando desrespeito aos limites naturais dos bairros como rios e resquícios de florestas que foram destruídos, para dar vazão a expansão do tecido urbano e outros mananciais naturais que são fortemente agredidos com o avanço das construções habitacionais, comerciais e industriais, a exemplo da Serra do Peri-peri que se encontra bastante degradada pela ocupação humana regulamentada pelo PDU, contra os princípios de proteção ambiental.

Outra questão que chama a atenção é a agregação da área rural densamente ocupada de Lagoa das Flores sem questionamento à população local, que foram atingidos por uma decisão política verticalizada. Recebendo o comunicado da transformação da localidade em bairro por meio de um discurso ideológico de inserção na modernidade através da urbanização.

### **O BAIRRO DE LAGOA DAS FLORES: RURAL OU URBANO?**

O Bairro de Lagoa das Flores, localizado em Vitória da Conquista – BA às margens da BR 116 sentido Salvador km 1 como mostra a figura 3. O Bairro apresenta uma área aproximada de 500 ha e é formada por um conglomerado de pequenos produtores que cultivam hortaliças e flores em lotes que variam entre 1.000m<sup>2</sup> a 30.000m<sup>2</sup> em média 1,1 ha por propriedade.

Lagoa das Flores é fruto do desmembramento de uma grande fazenda de café nos anos 30, (antiga Lagoa de João Gomes) parcelada em lotes com características rurais os quais foram comprados por moradores de Vitória da Conquista e região, sendo que os primeiros

moradores tinham como atividade econômica a fabricação de tijolos e a produção agrícola era quase inexistente.

As mulheres dedicavam-se ao cultivo de flores com o objetivo de complementar a renda familiar. Aos poucos os oleiros perceberam que o plantio de flores trazia mais benefícios que a produção de tijolos e dedicaram-se a essa cultura, daí o nome Lagoa das Flores. Com o passar do tempo o cultivo de flores foi sendo substituído por hortaliças que implica menores custos na produção e trazem resultados mais rápidos além da grande aceitação no mercado sendo a responsável pelo abastecimento de hortaliças da cidade de Vitória da Conquista, tornando-o forte da produção. O cultivo de hortaliças apesar de ter menor custo-benefício que as flores, também demandam cuidados como o uso de defensivos agrícolas e irrigação.

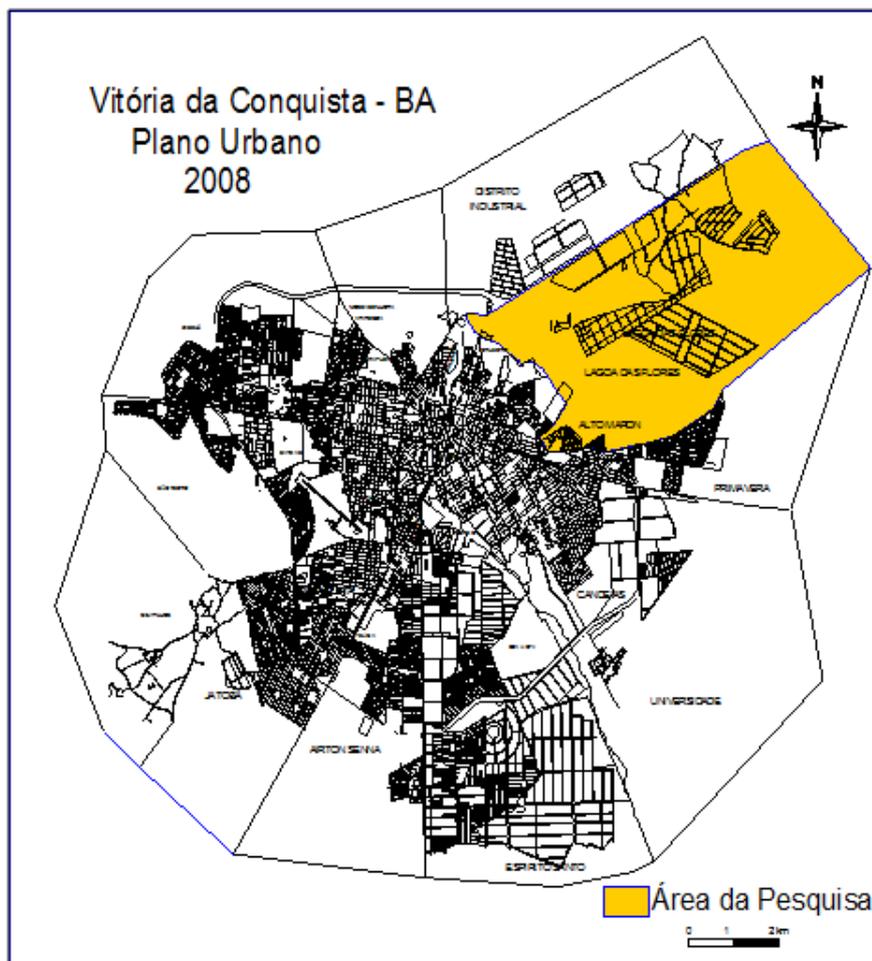


Figura 1 - Localização do Bairro de Lagoa das Flores.  
Fonte: Desencop/ LabCart. 2008.

Lagoa das Flores foi integrado como Bairro de Vitória da Conquista pela lei nº 952 de 1998, porém já era considerada área urbana do município desde 1993. Mesmo sendo avaliada legalmente como área urbana ainda existem aspectos da ruralidade como a organização social dos moradores, a produção agrícola voltada para o sustento da família através do consumo e comercialização, a produção em horticultura e flores que abastecem o mercado local. Esse processo marca, também, a resistência dos produtores quanto ao processo de urbanização que se expande pelo espaço rural.

Embora definido pela legislação municipal como bairro percebe-se que esta tem transgredido a classificação dos tipos de localidades brasileiras instituídas pelo IBGE através da resolução número 007/89 de 04/01/89 que descreve a tipologia das localidades classificando-as. Uma das classificações dessas localidades que está presente nessa resolução é identificado como Aglomerado Rural que é caracterizado como uma:

Localidade situada em área não definida como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação. (IBGE, 1993, p.41)

O aglomerado rural se divide em dois tipos, sendo eles Aglomerado Rural de extensão urbana e Aglomerado Rural Isolado. Dessa forma, Fica estabelecido no art. 3º inciso I que:

Aglomerado Rural de Extensão Urbana – Localidade que tem as características definidoras de aglomerado rural e está localizada a menos de 1km de distância da área efetivamente urbanizada (podendo coincidir ou não com o perímetro urbano legal) de uma cidade ou Vila ou de um Aglomerado Rural já definido como de Extensão Urbana, possuindo contiguidade em relação a eles. Constitui simples extensão da área urbana, possuindo contiguidade em relação a eles. Constitui simplesmente extensão de área urbana legalmente definida, com loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerado de moradia ditas subnormais ou núcleos desenvolvidos em tornos de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços. (IBGE, 1993, p.41)

Analisando essas classificações segundo as especificações do IBGE percebe-se que o atual bairro de Lagoa das Flores, tem uma tipologia que se enquadra nas classificações de um aglomerado rural com extensão urbana como mostra a figura 2, haja visto que está nas proximidades da área Urbana de Vitória da Conquista e está situado nas proximidades do distrito industrial.



Figura 2 – Características Rural do Bairro Lagoa das Flores em Vitória da Conquista/BA.

Fonte: ROCHA, F. A; SILVA, T. P. 2012

Nesse sentido torna se pertinente questionar os motivos que levaram o poder público municipal a transformar essa localidade em área urbana, desobedecendo às especificações do IBGE. Entre as observações sobre essa política de transformação em área urbana está a cobrança do IPTU, que muitas vezes não combina com os investimentos previstos para a Planta Genérica de Valores – PDV.

Em relação ao então novo bairro de Lagoa das Flores pode se estabelecer duas percepções diferentes desse lugar. A leitura do morador da Lagoa das Flores, que visualiza na cidade uma perspectiva de evolução e quer se integrar a ela, bem como usufruir das benesses do urbano; e do cidadão conquistense que vê em Lagoa das Flores um recanto onde se busca o descanso na tranquilidade característica do espaço rural e os produtos genuinamente do campo formando duas leituras diferentes de um mesmo lugar, acentuando os conflitos circundantes do processo de urbanização que se estende pelo espaço rural.

### **A “URBANIZAÇÃO” DO BAIRRO LAGOA DAS FLORES E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR.**

Em um contexto de globalização e mecanização da agricultura o produtor familiar tem passado por inúmeras dificuldades já que a globalização tem uma grande interferência na forma como estão organizadas as relações comerciais como a constituição dos preços e no processo de comercialização e conseqüentemente na concorrência. Percebe-se que dessa forma o agricultor familiar se encontra em uma situação de desvantagem já que as relações

estabelecidas no mercado tendem a privilegiar os grandes produtores que detêm técnicas e mecanismos (maquinário) que propiciam uma menor quantidade de mão de obra, portanto menor preço, conseguindo assim garantir seu lugar no mercado.

Muitos produtores até hoje se utilizam de técnicas rudimentares como irrigação manual, e produtos tóxicos que acabam prejudicando o solo, a água e a saúde de quem manuseiam e consomem esses produtos. Atualmente apenas 4 de mais de 100 horticultores produtores locais encontram-se dentre os que se dedicam na produção de flores. A diferença entre esses cultivos estão no custo da produção, nas técnicas utilizadas e na manutenção. As flores demandam mais investimentos e manejo diferenciado, por isso são poucos os que dedicam a esse cultivo apesar de seu retorno financeiro ser maior.

A localidade de Lagoa das Flores vem sofrendo esses impactos negativos provocados pelos impactos da expansão do agronegócio e do processo de urbanização. Tradicionalmente teve sua economia apoiada no cultivo de flores, por meio da produção familiar de forma rudimentar, perdendo espaço no mercado consumidor local para os grandes produtores do Sul e Sudeste do Brasil, que detêm aparato tecnológico e financeiro na produção.

A produção de flores na localidade recomeça por volta da década de 2.000 com pouca representatividade. Diante desse processo o agricultor familiar enfrenta dificuldades de se manter em meio a essa relação comercial, pois muitas vezes não tem condições de competir com os agricultores mecanizados, que lançam seus produtos no mercado com menor custo-benefício e maior lucratividade, assim o pequeno agricultor se encontra em um estado de luta constante já que não consegue se inserir nesse mercado que se torna cada vez mais seletivo.

O escoamento da produção é feito pelos próprios produtores sendo que os produtores de hortaliças vendem diretamente para os consumidores em feiras-livres e mercados e também para o programa Compra Direta (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA) em que a prefeitura adquire os produtos para serem consumidos nas Escolas Municipais. Os floricultores também vendem diretamente para os consumidores, como igrejas, para ornamentações de casamentos e para floriculturas de Vitória da Conquista.

Dentre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, destaca-se o Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF, instituído em 1996 durante o mandato de Fernando Henrique. Segundo o Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. A lei 11.326 aprovada em

24 de julho de 2006 considera e garante a linha de crédito do PRONAF àqueles produtores que atendam aos seguintes requisitos.

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Para ter acesso ao PRONAF o primeiro passo é obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP criado pela Secretaria de Agricultura Familiar – SAF e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrícola – MDA como forma de identificar os produtores familiares.

O programa tem concedido ao pequeno produtor através do crédito a oportunidade de participarem de mercados que antes estavam excluídos, proporcionando dessa forma o desenvolvimento econômico de uma classe que outrora se encontrava totalmente excluído. Dessa forma o acesso ao crédito concedido através do PRONAF representa uma nova fase que proporciona o desenvolvimento rural, já que abre caminhos viáveis para o aumento da produtividade e conseqüentemente o aumento da renda do pequeno agricultor contribuindo assim para a sua inserção social.

Sobre esse prisma, pode ser observado que a agricultura familiar, responsável pela geração de riqueza no país, contribui para o aumento do número de empregos e conseqüentemente pelo aumento do PIB, sendo que entre os anos de 1995 e 2005 a agricultura familiar representou cerca de 10% do PIB brasileiro agropecuários. Além dessa contribuição pode-se perceber que o investimento na agricultura familiar proporciona o desenvolvimento no campo além de contribuir para diminuição do êxodo rural. Isso fica evidente nos depoimentos dos moradores ao afirmarem que:

Se eu tivesse acesso ao PRONAF era bom porque ia aumentar a produção e a renda aqui mesmo ia precisar de quatro pessoas trabalhando para tomar conta da produção isso sem falar no investimento que era necessário fazer como a irrigação. (A.S. Out. 2012)

Quanto a isso SILVA (2012) afirma que o PRONAF, enquanto uma política social pode apontar para um redirecionamento dos gastos públicos para os pequenos municípios, provocando um progresso na economia das localidades onde tal programa é inserido, gerando o aumento na renda e na demanda pela força de trabalho local. Isso é quando houver um

planejamento eficaz por parte da administração local e Nacional para com os produtores que mesmo sendo familiares se encontram em áreas urbanas.

O processo envolvido na liberação da DAP é dificultado em Lagoa das Flores por ser considerada uma localidade urbana. Essa divisão territorial impede muitos agricultores de Lagoa das Flores se beneficiarem das políticas públicas gerenciadas pelo Estado. Pois, uma das exigências é ter o imóvel cadastrado como rural, e nessa localidade parte dos agricultores familiares possuem imóveis creditados como urbano, então mesmo cumprindo as demais exigências do programa ele é impedido de se enquadrar nas especificações estabelecidas pela lei nº 11.326, e outras políticas públicas voltadas para o produtor rural, como a previdência social.

Em Lagoa das Flores a dificuldade de acesso ao PRONAF proporciona o inverso, pois ao invés de manter o pequeno produtor no seu local de origem, muitos têm deixado de produzir e têm migrado em busca de melhores condições, dados marcados através do comparativo entre a população que segundo dados do IBGE no ano de dois mil eram de 3.783 e a de dois mil e dez de 2.456. Percebe-se que o fato da localidade ser transformada em urbana não significa que tenha trazido melhorias para a população, haja vista que o processo de urbanização se deu de forma incompleta sem implantação da infraestrutura inerentes a ele, além impor dificuldades às políticas públicas voltadas para o meio rural e conseqüentemente a produção, o que tem ocasionado a diminuição da população em 1.327 habitantes.

Os recursos do PRONAF são oferecidos aos produtores de Lagoa das Flores há 8 anos. Desde então 36 conseguiram o crédito para o custeio e investimento na produção, e a maioria deles se enquadra no grupo B, outros no grupo C. Segundo esses produtores o auxílio financeiro melhorou a produtividade, instalaram a irrigação, com os recursos do PRONAF compraram mangueiras, bombas, construíram poços (tubulares e poço comum na forma de cisterna) aumentando a produção. Alguns produtores que ainda não se beneficiaram dos investimentos do PRONAF, relatam enfrentar dificuldades na manutenção das hortas, muitos diminuem a área plantada, e os familiares buscam outras fontes de renda, como o trabalho assalariado em fábricas ou no centro urbano da cidade no subemprego. Essas disparidades entre os produtores que receberam e os que não receberam o auxílio do PRONAF pode ser visualizado na figura 3.



Figura 3 - Diferença na técnica da produção de hortaliças no Bairro Lagoa das Flores, Vitória da Conquista/BA.

Fonte: ROCHA, F. A; SILVA, T. P. 2012.

Dessa forma, o fato de Lagoa das Flores ser transformada em área urbana, tem causado impactos negativos para os produtores uma vez que sendo área urbana estes não conseguem ter acesso as políticas públicas destinadas ao meio rural. Assim, esses produtores se mantêm com recursos próprios, isto é os investimentos são feitos a partir do lucro retirado das plantações. Por outro lado outros produtores que adquiriram os incentivos do programa por ter o imóvel ainda creditado como rural reconhecem que este é importante para sua manutenção na localidade uma vez que auxilia na aquisição de técnicas o que proporciona o desenvolvimento da produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que Vitória da Conquista tem apresentado, nos últimos anos, um crescimento urbano relevante e o que mais motivou esse processo de urbanização foram a produção cafeeira, os incentivos financeiros federais e o setor de serviços. Nesse sentido torna se imprescindível que haja um planejamento urbano uma vez que este é considerado peça fundamental para o desenvolvimento econômico, social e político de uma localidade. Nesse sentido o planejamento deve ter como objetivo principal suprir as necessidades básicas garantindo para a sociedade o direito de desfrutar do bem-estar social, e ao mesmo tempo englobar o desenvolvimento econômico, social e cultural, portanto o planejamento nunca deve estar voltado para interesses particulares, mas sim coletivos. Fato que não ocorreu em Lagoa das Flores haja vista que não houve um planejamento pensando no coletivo por parte da administração municipal, essa estava interessada em aumentar arrecadação de impostos como o IPTU.

O fato do planejamento do bairro Lagoa das Flores está voltado para interesses particulares tem impedido que programas voltados para o desenvolvimento rural, como o PRONAF sejam efetivamente implementados. Isso tem afetado os pequenos produtores e conseqüentemente o desenvolvimento econômico dessa localidade, já que a agricultura familiar é uma das atividades econômicas mais relevantes. Dessa forma, percebe-se que o discurso elaborado pelo poder público municipal quanto aos benefícios que a urbanização traria para essa localidade não se efetivou, pois além dessa localidade segundo as classificações do IBGE não se enquadrarem como área urbana não houve um planejamento para que isso acontecesse dessa forma alguns desses pequenos produtores foram obrigados a procurarem outras fontes de renda ocasionando a diminuição da população local uma vez que não era mais possível se manter produzindo sem o auxílio do Estado.

## REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. **Produção Sócio espacial da habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista -Bahia.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Salvador: UFBA, 2005.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm) acessado em 06 de junho de 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Estudos Sociedade e Agricultura, abril 1997: p. 70-82.

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento.** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em construção: Vitória da Conquista, um retrato de duas décadas.** Vitória da Conquista, Edições UESB, 2001.

FLORES, Claudia Silveira Mendes; RAMOS, José Alberto Bandeira; CARDOSO, Ivan dos Reis. **Comportamento Da Pequena Produção Frente Ao Processo Da Globalização – O Caso De Lagoa Das Flores.** UFBA Geociências. 2005. Acessado em 01/08/2012. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp051436.pdf>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000 e 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> acesso em 10/08/2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual de Normas, Técnicas e procedimentos técnicos para a carta internacional do mundo, ao Milionésimo - CIM 1: 1000 000.** Departamento de Cartografia, 1993

BAHIA - SEI Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **PIB Municipal revela maior dinâmica dos municípios agroindustriais em 2008** Salvador: SEI, 2008.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Bahia. *LEI N.º 118/1976 Dispõe Sobre o Plano Diretor De Vitória da Conquista.* Livro I – do Urbanismo